

DICAS SOBRE COMO ESCREVER PROJETOS DE PESQUISA*

2

Natália Sátyro[†]

Resumo: O artigo oferece orientações de como se escrever um projeto de pesquisa com regras e dicas que abarcam interesses desde aqueles que escrevem a partir de uma perspectiva qualitativa-interpretativista até estudos positivistas guiados por uma abordagem teórico-dedutiva, tentando jogar luzes nas variações desse espectro. O leitor e a leitora encontrarão dicas de diferentes paradigmas epistemológicos e uma discussão sobre o que se deve conter na introdução, na justificativa, na metodologia, na ancoragem teórica, e assim por diante. Trata-se de um ensaio com uma linguagem pessoal que aporta exemplos de trabalhos distintos para ilustrar e dar maiores chances do leitor e da leitora se encontrarem em suas dúvidas sobre o que deve conter em cada item. No decorrer do texto, os leitores vão aprendendo a diferenciar o seu objeto de seu objetivo, recebem dicas para refinar sua pergunta de pesquisa, a depender da abordagem de interesse. As leitoras vão se familiarizando com as possibilidades que moram em cada um dos itens e refletindo sobre as variações.

Palavras-chave: Projeto de pesquisa. Metodologia. Desenho de pesquisa. Tese. Dissertação. Redação.

Tips on writing research projects

Abstract: The article offers guidelines on how to write a research project with rules and tips that cover interests from those who write from a qualitative-interpretative perspective to positivist studies guided by a theoretical-deductive approach, trying to shed light on the variations of this spectrum. The reader will find hints of different epistemological paradigms and a discussion about what should be contained in the introduction, justification, methodology, theoretical anchoring, and so on. It is an essay with personal language that provides examples of different works to illustrate and give the reader greater chances of meeting their doubts about what should be contained in each item. Throughout the text, readers will learn to differentiate their object from their objective, and receive tips to refine their research question depending on the approach of interest. The readers become familiar with the possibilities that reside in each of the items and reflect on the variations.

* Esse texto foi escrito por ocasião da disciplina Seminário de Dissertação do PPGCP-UFMG, no ano de 2022, ao que agradeço a todes, os alunos e alunas, pelas perguntas, dúvidas e questionamentos, que foram a inspiração. Agradeço também, imensamente, ao colega Cristiano dos Santos Rodrigues pela troca riquíssima e pelo tempo despendido. Ele me deu uma série de dicas e sugestões para a parte qualitativa, frases inteiras e sugestões de bibliografia. Ao colega Ricardo Fabrino Mendonça também agradeço pelas dicas na parte do uso da literatura e por sugestões importantes para a abordagem qualitativo-interpretativo. Competentes e generosos, de fato. A responsabilidade por tudo aqui é minha, mas sem as dicas dele essa parte ficaria bem menos interessante. Agradeço também aos colegas Ana Paula Karruz, André Marenco, Gabriela Lotta e Ricardo Fabrino pelo material enviado que está no corpo do texto.

[†] Natália Sátyro é professora associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7298-342X>

Keywords: Research project. Methodology. Research design. Thesis. Dissertation. Essay

1 INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO DE UM ENSAIO

Escrever um projeto é sempre um desafio, principalmente, para quem está no processo de aprendizagem e de formação acadêmica ou profissional. Ofereço aqui uma série de ferramentas que espero serem úteis nessa caminhada. A falta de clareza de como fazer seu projeto, faz, frequentemente, de um lado, que boas ideias fiquem pelo caminho, não germinem ou não consigam alcançar o potencial original que apresentavam, de outro lado, que ideias ainda em gestação possam ser desenvolvidas e alcancarem potencial para além do esperado em um primeiro momento.

Primeiro, se você ainda não fez uma revisão da literatura que envolve o seu problema, nem se esforçou o suficiente para conhecer bem os debates, os autores, então, precisa fazê-lo, isso é premissa; segundo, se você ainda não domina o seu objeto de pesquisa, se não “sabe tudo” sobre ele, então, precisa fazê-lo, isso também é premissa. De uma forma ou de outra, muitas vezes a dificuldade de refinar a sua proposta é a ausência desse conhecimento básico, as ideias não brotam por geração espontânea, elas veem de um acúmulo de leitura, portanto, bora lá adensar isso, solte o celular e mergulhe nos textos. Ah! Sim, objeto é diferente de objetivo. Pense bem: se você ainda não conhece minimamente o campo, será mais difícil achar o seu problema.

1.1 *Onde você se encontra em relação aos diferentes paradigmas?*

É importante saber diferenciar os diversos paradigmas existentes e aquele sobre o qual você está desenvolvendo a sua pesquisa. Saber, de fato, a natureza das questões que lhe afligem e do fenômeno que você tem interesse em estudar e aprofundar seu conhecimento. Do que estamos falando? Trago aqui um resumo que dá uma noção do emaranhado que é a discussão entre diferentes premissas ontológicas, epistemológicas, axiológicas, retóricas e metodológicas. Procure saber mais sobre aquela que mais lhe interessa, mas lembre-se que um bom pesquisador sabe também sobre as outras perspectivas, nem que seja para discordar.

QUADRO 1 Premissas dos Paradigmas da Pesquisa Quantitativa e Qualitativa

Premissas	Questões	Quantitativo	Qualitativo
Premissa ontológica	Qual é a natureza da realidade?	Realidade é objetiva e singular, independente do pesquisador.	Realidade é subjetiva e múltipla, a depender de como é vista por cada um dos participantes do estudo.
Premissa epistemológica	Qual deve ser a relação do pesquisador com o seu objeto de pesquisa?	Pesquisador é independente do seu objeto de estudo, independente de ser humano ou coisa.	Pesquisador interage com o seu objeto de estudo, independente de ser humano ou coisa.
Premissa axiológica	Qual é o papel dos valores?	Olhar livre de valores e de vieses.	Os valores alteram e influenciam e enviesam o olhar.
Premissa retórica	Qual a linguagem da pesquisa?	Formal. Baseada em um conjunto de definições. Voz impessoal; uso aceitável de palavras quantitativas.	Informal. Envolve decisões subjetivas. Voz pessoal. É aceitável o uso de palavras qualitativas.
Premissa metodológica	O que é o processo de pesquisa?	Processo dedutivo. Causa ou efeito. Generalizações conduzindo a predições, explicações e entendimento. Preocupação com validade e confiabilidade: acurácia. Tem que ser replicável.	Processo indutivo. Fatores se moldando simultaneamente. Categorias analíticas emergindo a partir do estudo. Procura de padrões e teorias a serem desenvolvidas a partir de tais padrões. Preocupação com validade e confiabilidade: acurácia tem de ser replicável, caso seja possível.

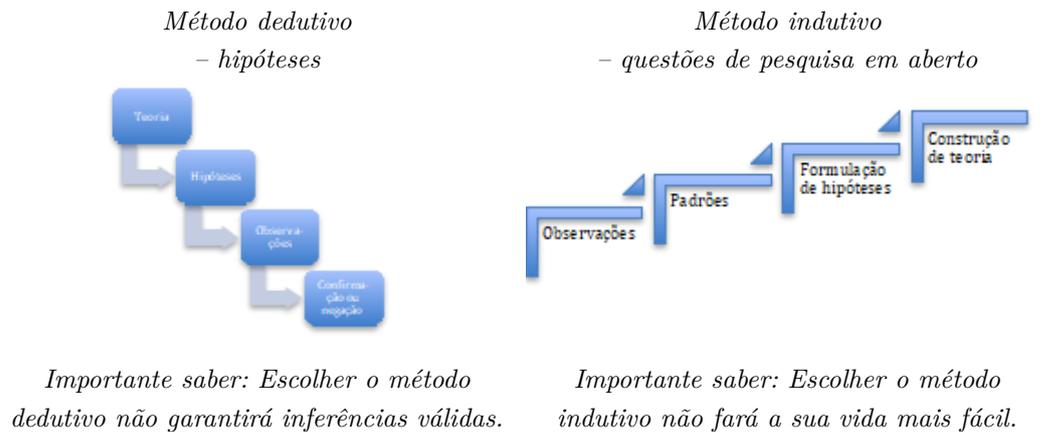
Fonte: Adaptado de Creswell (1994:5, tradução livre).

É claro que essas ancoragens gerarão trabalhos muito diferentes, pois se propõem a perguntas muito distintas também. De maneira muito breve, é importante que você saiba se está partindo de um problema, um argumento ou um fenômeno que lhe exija uma abordagem dedutiva ou indutiva de pesquisa, pois cada um deles lhe abrirá um mundo de possibilidades. Mas aviso: não é o fato de que você precisa fazer entrevistas ou análise documental que seu trabalho é intrinsecamente indutivo. Menos ainda o fato de usar dados numéricos faz do seu trabalho algo quantitativo ou dedutivo.

Seu mundo se guia por hipóteses e pela confirmação de grandes tendências ou teorias ou seria pela necessidade de adensar o conhecimento sobre processos e mecanismos internos (ou externos) sobre fenômenos pouco conhecidos ou questões ainda muito abertas que precisam ser melhor entendidas? Uma

forma gráfica de pensar sobre isso está dada pela figura a seguir, em que você encontrará similares em vários manuais de metodologia.

FIGURA 1 Diagramas dos métodos dedutivo e indutivo



Fonte: Elaboração própria.

Há aqueles amantes dos métodos quantitativos que acham que, ao aprender uma regressão (econometria, não a vidas passadas), todos os problemas estarão resolvidos; farão trabalhos rasteiros. E há aqueles avessos a isso, que sabem que querem uma abordagem de natureza mais densa — qualitativa e/ou interpretativa —, mas que não estudaram o suficiente sobre técnicas e desenhos de pesquisa; farão trabalhos rasteiros. O que os dois precisam entender é que necessitam convencer a comunidade científica pelo desenho, pelas evidências observáveis, pelas inferências válidas e não pela empatia ao objeto ou por um gráfico bonito, apenas.

1.2 Validade, confiabilidade e replicabilidade

Uma boa pesquisa assenta-se em inferências válidas. Para ser capaz de elaborá-las, é preciso entender o que é validade, confiabilidade e replicabilidade. Para entender melhor sobre isso, sugiro a leitura do King, Keohane e Verba (1994) (KKV para os íntimos) para os quantitativistas e do Kirk e Miller (1989) para os qualitativistas. Basicamente, é preciso saber que um dado, uma coleta, uma evidência observável confiável é aquela que, se repetida, se coletada, seja pela mesma pessoa, seja por outra pesquisadora, sairá a mesma coisa sempre (isso

é confiabilidade), mesmo que ela (a informação) esteja errada (ou seja, não válida). Exemplifico: a balança da farmácia perto da minha casa me agrada muito, ela sempre me dá o mesmo peso, ela é confiável. No entanto ela marca 5 quilos a menos, ou seja, não é válida, mas é confiável. A ideia de validade é sobre a melhor medida para mostrar o que eu quero estudar, ou seja, quanto mais próxima a evidência for do meu conceito, fenômeno, fator, mais válida ela será. Por isso a balança não é válida, porque não me mostra o meu peso verdadeiro. Por fim, a ciência deve produzir resultados replicáveis exatamente para não simplesmente confiarmos nas pessoas, mas no método e na possibilidade de checagem dos achados. Portanto há que se ter transparência dos passos percorridos, de forma que qualquer interessado possa replicar e achar os mesmos resultados.

1.3 *Perguntas que você deve ter em mente antes de começar a escrever*

Sua pesquisa é descritiva, explicativa ou tem natureza prescritiva? Qual é o recorte temporal que seu problema de pesquisa lhe impõe? Qual é o recorte espacial? Ou mesmo qual é o recorte geográfico ou geopolítico de sua pesquisa? Seu foco é algum processo ou seu foco são os efeitos de terminados processos ou fenômenos? Ou são as causas? Você sabe que há diferentes tipos de causalidade? Quais os mecanismos causais? Quão geral deve ser a sua descrição para que atenda aos seus objetivos? Qual a sua unidade de análise? Não, não! Não é preciso responder a todas. Às vezes uma resposta dessa elimina outras perguntas, mas sempre criará novas. Saiba: uma boa descritiva é melhor do que uma explicativa capenga.

Nesse percurso investigativo, quais as dimensões do processo a ser analisado que são importantes em sua análise? Quais os mecanismos internos do processo que você quer analisar? Como se dão os elos entre seus fatores, atores ou dimensões analíticas? Ou você não está interessado nisso; só nas grandes tendências?

Nesse plano de pesquisa, você estará testando uma teoria ou criando uma teoria? Quais são as hipóteses rivais que são plausíveis para o seu objeto de estudo? O que é uma falácia da afirmação do conseqüente (HEMPEL, 1981)? E em que saber sobre ela nos ajuda no desenho de pesquisa? Por que a falácia da afirmação do conseqüente é dedutivamente não válida? Como se dá o exercício da falsificação?

Ainda nessas indagações, qual é o fenômeno que você quer explicar, analisar? Quais são os fatores ou fenômenos que explicam, relacionam-se, interagem com o seu fenômeno de interesse? Quais são fatores ou fenômenos que são intervenientes nesse processo? Existem fatores que se relacionam, mas não são causais e mesmo assim devem ser considerados?

Comece diferenciando seu objeto de pesquisa de seu objetivo de pesquisa. Não restrinja a sua pesquisa ao objeto, eleve-o a uma classe de eventos; assim você conseguirá ir além do seu objeto sem se perder dele, mas conversando com a literatura da área. Refraseando essa ideia: restrinja a sua pesquisa empírica ao seu objeto, mas a sua discussão deve ser feita a partir de seu objeto, mas visando à classe de eventos à qual ele pertence, mesmo que seu trabalho seja de cunho qualitativo. Adquira densidade de conhecimento sobre o seu objeto e sobre o seu objetivo de pesquisa. Como assim, professora? Não elabore sua pergunta de pesquisa sobre um conselho, mas sobre participação (o conselho a ser estudado é o seu objeto, mas participação é a classe de eventos), não faça sobre um partido, mas sobre partidos (o partido a ser estudado é o seu objeto e lhe permitirá falar sobre partidos de forma geral), não faça sobre uma política específica, mas sobre políticas públicas (a política que você escolheu é o seu objeto de pesquisa . . .), e assim por diante. Dahl (2005) só conseguiu escrever *Poliarquia* porque seu estudo (*Who Governs?*) não se tratava de New Haven, mas sobre como se dá o jogo de construção de consensos. Ou seja, ele não virou especialista em New Haven, afinal não é disso que se tratava.

1.4 *Você já desenhou suas ideias?*

Se ainda não desenhou suas ideias, faça isso agora! É imperativo. Você verá como é difícil. Coloque-as em um diagrama. E você verá que precisará de meses até conseguir a figura certa, pois isso é um processo.

Já fez esse exercício proposto acima? Respondendo aquela montoeira de perguntas? A propósito, Dante colocou a famosa inscrição no portão de seu inferno: “abandone toda esperança aquele que por aqui entrar” (*Divina Comédia*). Eu sugiro que, ao entrar pelo portão do trabalho acadêmico, você escolha um objeto, uma teoria, um fenômeno pelo qual você tenha muito interesse, muito mesmo, e saiba que estará abandonando a sua paz. Portanto garanta

tesão pelo que você quer fazer; se não tesão, pelo menos o gozo psíquico. É disso que se trata, mas a sua paz cairá por terra.

2 OS COMPONENTES DE UM PROJETO

Um projeto tem de ter uma *introdução* que apresente o tema, seus recortes, seus dados, sua pergunta de pesquisa e seu objetivo central. É preciso ter também uma *justificativa* que, afinal, valha o esforço e o investimento, principalmente se for com dinheiro público. Terá de ter o que alguns chamarão de *marco teórico* ou revisão da literatura (quase morro com a pobreza desse nome!). Eu prefiro chamar de *ancoragem teórica específica* para que você tenha uma pista de que é para trazer apenas o que interessa ao seu argumento e não toda a história da literatura da área. A parte de *metodologia* é uma das mais importantes, pois será onde você apresentará o seu desenho de pesquisa, ou seja, as estratégias metodológicas e as técnicas a serem utilizadas. Concordo com Nicolau (2013), ao dizer que, em geral, é a parte mais frágil. Caso você vá passar por uma banca, então é bom ter um *cronograma* e, bem opcionalmente, um primeiro esboço dos capítulos (passos, derivação do que alguns chamam de objetivos específicos), mas não é obrigatório. Por fim, é preciso ter as *referências bibliográficas*.

2.1 Introdução

Os formatos mudarão, considerando as diferentes premissas e abordagens. O formato mudará em alguma medida, a depender da sua pergunta, do seu objeto, da forma como você enquadra seu problema. Se estamos falando de um trabalho que será descritivo, explicativo ou preditivo. Se será, se será. . . Sim, será! Organize-se!

Apesar do que será mostrado de agora em diante, eu, particularmente, gosto de projetos que, no primeiro parágrafo, já trazem a sua pergunta de pesquisa, já situam o leitor logo de início. Mas o mais comum é que a pergunta ou o objetivo fique(m) ao final da introdução. Mas, isso é uma questão de estilo. O que não pode é fazer com que o leitor tenha de deduzir o que você quer. Há de ser objetivo no que se refere ao seu objetivo.

Creswell¹ (1994) sugere para um estudo dedutivo que este apresente uma 1) Introdução, que contenha: a) contexto (declaração do problema), b) propósito do estudo, c) questões de pesquisa ou objetivos ou hipóteses, d) perspectiva teórica, e) definição de termos centrais, f) delimitação e limitações do estudo e g) significância do estudo; uma 2) Revisão da literatura; os 3) Métodos, que citem: a) desenho de pesquisa, b) amostra, população ou indivíduos, pessoas, c) instrumentação e materiais, d) variáveis do estudo e e) análise de dados; e ainda os 4) Apêndices: sobre os instrumentos, quando for o caso. Pense bem: um banco de dados, por si só, não lhe dá uma boa tese ou dissertação; é preciso ter boa teoria.

Para um estudo qualitativo², o autor define uma 1) Introdução, que inclua: a) declaração do problema (prefiro definição/delimitação do problema), b) propósito do estudo, c) significado do estudo, d) definições, pressupostos, limitações, e) teses/argumentos/hipóteses, delimitação, questões da pesquisa (não tautológicas, por gentileza), e f) um grande circuito de questões e sub-questões; uma 2) Revisão da literatura, que aborde: a) pirâmide invertida — do geral para o específico, b) contextual: principais teorias sobre o tema (os cânones), c) detalhamento: trabalhos organizados por tópicos, ideias — categorias analíticas, e d) diálogo crítico: como suas questões de pesquisa dialogam, aprimoram, criticam e/ou expandem a literatura sobre o tema; os 3) Métodos, em que haja: a) desenho da pesquisa e reflexividade do pesquisador, b) instrumentos de pesquisa e critérios para seleção dos dados, c) procedimentos de coleta de dados, d) procedimentos de análise de dados, e) verificação de métodos, f) viabilidade/exequibilidade, g) limitações metodológicas e analíticas, e h) questões éticas; e os 4) Resultados do estudo e suas relações com e para teoria e para o conhecimento do campo.

Um grande erro dos trabalhos qualitativos é dissociar a apresentação dos resultados da revisão de literatura. Não faça isso. Os resultados não são produto de geração espontânea e precisam ser apresentados à luz do que a teoria

¹ O livro “Research design: Qualitative and quantitative approach”, de John Ward Creswell, e suas versões modificadas (inclusive no nome) têm muitas edições, inclusive em português, já em parceria com David Creswell. Procure-o.

² Aqui eu faço uma junção livre, e sem permissão, de duas possibilidades que Creswell traz (1994, p. 13–14) e depois ainda mudo várias coisas. Portanto o trabalho dele foi uma referência, mas o que está posto vem com muitas modificações.

já consolidou a respeito deles. A partir daí é possível avançar teoricamente, criticar as lacunas e avançar/aprimorar o campo.

Pense bem, repito: o fato de você usar técnicas qualitativas não significa que seu trabalho seja indutivo. E também: o fato de você se basear em um paradigma que foca em subjetividades não implica que você não tenha que provar que suas inferências sejam válidas. Sobre isso, veja o texto de Kirk e Miller (1986) sobre validade e confiabilidade em pesquisas qualitativas.

Eu sugiro que a Introdução tenha, de forma geral: 1) *Tema*; 2) *Problema* ou *objetivo*: daqui sairão pergunta(s), ou é desejável que saiam. Haverá os que entendem que problema é mais amplo que o objetivo, ou seja, este último estará dentro do que é tido como problema. É como se ele, o objetivo, derivasse do problema, por isso estão ligados. Outras considerarão tudo a mesma coisa; depende mais do estilo da escrita. Mas as duas coisas estão valendo, desde que você mostre à leitora que tem consciência das duas coisas; 3) *Objeto*: aquilo que você vai estudar para atingir o seu objetivo (é preciso saber diferenciar o fenômeno de interesse e sua classe de eventos), ou seja, o fenômeno que você estudará; 4) *Justificativa*: aqui precisa haver uma ação: contribuir para, preencher tal lacuna etc.; 5) talvez a *Unidade de análise*, mas ela pode ficar para a metodologia também; 6) *Amostra* (e justificativa da amostra, mas ela pode ficar para a metodologia também; 7) *Background conceitual e conceitos sistematizados* (mas eles podem ficar na ancoragem teórica, e nesse caso ela deve ter nome de ancoragem teórica e conceitual). Neste último item, faça referência direta ao texto de Adcock e Collier, 2001.

2.1.1 *Mas, professora, como delimito meu problema, meu objetivo?*

É preciso separar, identificar seu objeto de interesse do seu fenômeno de interesse, como dito acima. Ou seja, tentar escrever em função da classe de eventos a que ele (o objeto) pertence. Dessa forma, a pergunta não ficará restrita ao objeto, mas será mais abstrata que ele. E aí você, em algum lugar, terá de mostrar por que estudar esse objeto ajuda no seu objetivo e (alguém perguntará) por que não outro.

Em geral, na apresentação do problema ou do objetivo, aparecerá mais de um fenômeno, o de interesse e outro, ou outros, que o determinam, caracterizam, que são consequência, que conformam etc. Em algum lugar você terá de

conceituar todos os vocábulos que são centrais³. Mas, atenha-se a sua pergunta. Primeiro, tente reduzir a sua ideia a perguntas mais básicas possíveis, do tipo:

— Qual (quais) o(s) determinante(s) de meu fenômeno de interesse?

Lembre-se que não é o que você pensa, mas os determinantes que são apontados pela literatura. Para cada determinante, em um determinado momento do texto, você terá de trazer os autores que defendem isso e em que direção. Por hora apenas tente refinar isso.

— Como se dá o processo (ou os mecanismos causais que levam a isso ou àquilo) de meu fenômeno de interesse? Quais os fatores que influenciam nesse processo?

Dado esse primeiro passo, que lhe obrigará a ter uma meia dúzia de autores que sustentem cada um dos fatores determinantes, você poderá fazer uma pergunta ou o seu objetivo central a partir de uma redação mais elaborada. Veja-se:

— Se, e em que condições, fator 1 e fator 2 determinam o meu fenômeno de interesse?

Mas, lembre-se: se o seu objetivo é fazer um estudo exploratório, muito provavelmente a pergunta será:

— Se, e em que condições, meu fenômeno acontece?

Ou simplesmente:

— Como se dá tal processo quando isso ou aquilo está posto e quando está ausente o seu isso ou aquilo?

Ele (objetivo) ou ela (pergunta) tem de ter pelo menos dois fenômenos, um ou mais interferindo em um fenômeno específico quando se trata de um trabalho que se pretende explicativo ou para descritivas que não têm base interpretativa intrínseca. De preferência já apontando em uma determinada

³ Quando chegar ao final desse texto, na parte dos resumos, faça o exercício e identifique essas partes nos resumos e reflita sobre as variações e ausências.

direção, aumentando ou diminuindo, seja a partir de uma abordagem determinística ou probabilística. Atenção: no decorrer do texto, você terá acesso a pelos menos 8 exemplos. Então, tenha paciência; continue a leitura.

2.2 *Justificativa*

Se você não convencer que seu fenômeno é importante, interessante para além de seus interesses e paixões, você tem um problema. Principalmente se tiver de se deparar com uma banca ou se estiver pedindo algum financiamento. Há de ter alguma relevância teórica ou social (KKV) o que você se pretende. Isso é central. Um, dois parágrafos.

Comece enfatizando uma entrega que você fará para a literatura, ou seja, uma ação que contribuirá para um determinado debate. Não deixe que o leitor tenha que inferir no que é importante dentro daquilo que você está trazendo: ao contribuir com a análise disso ou daquilo em uma perspectiva x ou y, esse estudo contribuirá com uma área ainda incipiente?, com a produção sobre uma questão social central para a democracia?, com o conhecimento sobre os impactos do mercado de trabalho na diminuição da desigualdade de renda? Você saberá a “pegada” que o seu fenômeno traz e, portanto, a sua contribuição.

Uma vez que tudo isso dito nesses dois últimos itens (2.1 e 2.2) é muito abstrato, pedi a uns colegas que me cedessem e permitissem a publicação de parte de seus projetos de pesquisa para ter como exemplificar. Seguem aqui trabalhos que têm uma abordagem quantitativa e qualitativa. Agradeço imensamente a cada um deles que serão devidamente referenciados abaixo.

QUADRO 2A Exemplo 1: Gabriela Lotta —
Projeto submetido à Fapesp (aprovado) — 2022

Tema : implementação de políticas sociais e desigualdades de tratamento.

Objetivo : Esta pesquisa tem como objetivo analisar como ocorrem e o que influencia os processos de categorização operados pelos burocratas de nível de rua na interação com usuários e seus potenciais efeitos em desigualdade de tratamento em contextos de políticas universais e altas desigualdades sociais. Para tanto, analisamos, neste projeto, como burocratas de diferentes políticas (saúde, assistência e educação) que atuam em territórios de alta desigualdade categorizam tipos de usuários, definindo quem deve receber o que, e quais as repercussões desta categorização em tratamentos desiguais.

Justificativa : A teoria de burocracia de nível de rua (street-level bureaucracy, BNR) argumenta que a qualidade das políticas é impactada pelos encontros entre o cidadão e o Estado que provêm um lugar privilegiado para os cidadãos interagirem com as políticas (Lipsky, 2010; Soss et al., 2011). Esta interação pode ser um lugar para redução ou reprodução das desigualdades não apenas pela entrega do serviço, mas também pelas categorizações e formas de interação realizadas pelos burocratas de nível de rua (Dubois, 1999; Lotta & Pires, 2019; Pires, 2019). A teoria de BNR considera que indivíduos que realizam provisão de serviços públicos enfrentam diversos conflitos gerenciais, profissionais e éticos que vivenciam como condições de pressão no trabalho (Lipsky, 1980; Hupe & Hill, 2007; Tummers et al. 2015). O sucesso na provisão de serviços depende dos profissionais e da sua capacidade de tomar decisões em interações concretas, o que requer uma combinação entre acesso a métodos de trabalho, experiência profissional, parceria com os cidadãos e reflexão profissional (Wambold, 2015; Abbott, 1988: 44). Mas estes indivíduos operam tanto em organizações concretas como inseridos em contextos sociais mais amplos que influenciam também a maneira como interpretam as situações que encontram e tomam decisões alocativas (Pollitt, 2013; Dubois, 2010; Schneider & Ingram, 1997). Políticas são materializadas em encontros específicos nos quais os burocratas de nível de rua tomam decisões baseadas em instituições morais, legais e normativas em interações sociais com usuários (Scott, 2014).

Maynard-Moody e Musheno (2003) apontam que os burocratas não se veem como executores de regras nem como profissionais do Estado. Eles se veem como pessoas que trabalham para os cidadãos (*citizen agentes*), e descrevem sua ação como “realizar julgamentos e tomar decisões sobre as situações que encontram” (Maynard-Moodye & Musheno, 2003). Sua função não é, portanto, executar regras, mas sim definir, a partir de cada situação que vivenciam, “qual o jeito certo de fazer coisas considerando o que é possível ser feito”. Isso porque as regras definem apenas teoricamente o que seria o jeito certo, mas no cotidiano se deparam com tensões entre as regras e a situação real, que os leva a terem que negociar qual é o jeito certo. Esse processo de negociação e de reinterpretação de regras, por sua vez, se dá a partir de julgamentos normativos sobre a realidade. Assim, apontam Harrits e Møller (2013), a função central dos BNR é realizar julgamentos rotineiros a respeito das situações que encontram e, a partir deles, encaminhar os usuários para diferentes serviços ou bens sociais. A teoria mostra que estes julgamentos, assim como as decisões tomadas pelos BNR, não são idiossincráticos e individualizados, mas são sim baseados em padrões mais abrangentes, reflexo das múltiplas inserções destes burocratas em coletivos tanto organizacionais como sociais (Maynard-Moody & Musheno, 2003).

QUADRO 2B Exemplo 1: Gabriela Lotta —
Projeto submetido à Fapesp (aprovado) — 2022

Os julgamentos são, ao mesmo tempo, baseados em normas sociais do que é aceitável, nos critérios técnicos disseminados pelas políticas e em outros fatores que perpassam as inserções sociais e organizacionais destes burocratas (Maynard-Moody & Musheno, 2012). Os burocratas identificam e categorizam as situações baseados em observações implícitas, impressões e sensações que possuem sobre o mundo e sobre as situações, sobre as quais muitas vezes prevalecem o senso comum, estereótipos e preconceitos (Harrits & Møller, 2013; Harrits, 2019). Para categorizar situações, eles mobilizam concepções adquiridas em sua vida social e que se transformam em percepções sobre o que é ou não aceitável e, portanto, sobre quais situações têm mais ou menos merecimento (Pires & Lotta, 2019). Constroem, assim, critérios de elegibilidade definindo “quem deve receber o que e por que” (Oorschot, 2006). Os BNR são atores engajados na construção social do merecimento das políticas públicas e este merecimento se define com base em distintos critérios, como, o status social dos usuários, suas características e a motivação e engajamento deles em relação as políticas (Schneider & Ingram, 2005; Tummers, 2017; Møller and Stone, 2013). Assim, a partir dos julgamentos e categorizações exercidos pelos BNR, eles constroem a ideia de que certos perfis de usuários são moralmente superiores e mais merecedores do que outros (Tummers, 2017). E é nessa perspectiva que o momento da implementação se torna um potencial locus de reprodução ou redução de desigualdades sociais. Apesar do acúmulo desta literatura em mostrar como os BNR categorizam usuários e como esta categorização afeta a entrega dos serviços, essa literatura foi toda desenvolvida em países do norte global, marcados por democracias liberais, com estados de bem estar social bem estruturados (como Dinamarca, por exemplo), ou em contextos onde as políticas sociais são altamente focalizadas e não universais (como EUA, por exemplo). Não há estudos sistemáticos analisando como se dá, o que influencia e quais as consequências da operação de categorizações em contextos políticos universais e alta desigualdade, como é o caso do Brasil. Partimos, portanto, aqui das recomendações da literatura de olhar de maneira mais aprofundada os lugares onde as categorizações acontecem e onde as interações são operadas (Wagenaar, 2004; Goffman, 1967) para propor uma análise micro situada em um contexto macro para entender a atuação destes burocratas.

Fonte: Texto inteiro de Gabriela Lotta oriundo de projeto submetido e aprovado pela Fapesp em 2022, gentilmente cedido pela pesquisadora para este texto.

QUADRO 3 Exemplo 2: André Marengo — Projeto
submetido ao PQ-CNPq (aprovado) — 2022

Tema : Capacidade estatal nos municípios brasileiros.

Objetivo : Busca-se examinar em que medida transferência de receitas, responsabilidades e autoridade política e administrativa para governos municipais, representou efetiva ampliação em sua capacidade estatal. A hipótese principal que orienta a investigação é de que maior profissionalização nas burocracias governamentais municipais amplia a capacidade para tributar e implementar políticas locais. Para isto será adotada definição restrita de capacidade estatal, utilizando a “escala weberiana” proposta por Evans & Rauch (1999) sua como medida. Para operacionalizá-la, será considerada a proporção de “estatutários com formação superior” entre servidores públicos nas 5,5 mil administrações municipais brasileiras. Como variáveis dependentes, serão utilizadas a (i) arrecadação de IPTU como proporção da receita municipal (ii) transferências voluntárias da União, e (iii) implementação de políticas e serviços municipais, como (a) Plano Diretor, (b) Lei de Zoneamento Urbano, (c) Lei de Parcelamento do Solo, (d) Lei de Operações Urbanas Consorciadas, (e) Lei de Contribuição de Melhorias Urbanas, (f) Conselho Municipal de Política Urbana.

Fonte: Texto inteiro de André Marengo oriundo de projeto de Bolsa de Produtividade em Pesquisa — CNPq — aprovado em 2022, gentilmente cedido pelo pesquisador para este texto.

QUADRO 4 Exemplo 3: Ana Paula Karruz —
Projeto submetido à Fapemig (aprovado) — 2021

O projeto objetiva dimensionar o impacto de ações afirmativas de acesso e permanência na UFMG. A lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) será revisada em 2022, daí a oportunidade do tema. Uma questão recorrente é se o maior ingresso de alunos oriundos da escola pública comprometeria a excelência acadêmica da instituição e o desempenho e permanência dos estudantes. Apesar da prolífera produção sobre o tema, nossa proposta se justifica pelas fragilidades da bibliografia existente, especialmente no que se refere aos desenhos metodológicos utilizados. Na UFMG, além da seleção para os cursos de graduação, pelo menos outros dois processos seletivos aplicam políticas afirmativas, tendo recebido bem menos atenção na literatura: a distribuição de bolsas de graduação (de monitoria, de iniciação científica etc.) e a admissão à pós-graduação. Em 2017, a UFMG aprovou a reserva de vagas para negros na pós-graduação stricto sensu. O percentual de reserva varia de 20% a 50%, sendo definido por decisão dos colegiados. Nesse contexto, propomos três questões: Há diferenças em desempenho acadêmico e evasão entre beneficiários da Lei de Cotas e ingressantes pela ampla concorrência? Em que medida o recebimento de bolsas de graduação afeta o desempenho e a permanência de cotistas e não cotistas? Em que medida as decisões descentralizadas sobre reserva de vagas na pós-graduação se correlacionam com atributos dos programas (prestígio, composição racial anterior etc.)? A estimação de impactos (questões 1–2) contrastará a trajetória de graduandos cotistas das várias modalidades de entrada e de não cotistas. Utilizaremos dados longitudinais, já disponibilizados, de registro acadêmico de todos os graduandos da UFMG (2005–2019). Aplicaremos uma abordagem baseada em comparações “na margem” de aprovação, considerando apenas os últimos ingressantes de cada modalidade. A análise documental dos editais de pós-graduação permitirá apurar percentuais de reserva e outros atributos das ofertas (questão 3).

Fonte: Texto inteiro de Ana Paula Karruz oriundo de projeto submetido e aprovado pela Fapemig em 2022, gentilmente cedido pela pesquisadora para este texto.

QUADRO 5 Exemplo 4: Ricardo Fabrino Mendonça —
Artigo premiado, publicado na *Political Studies* — 2011

Recognition and social esteem: a case study of the struggles of people affected by leprosy-post_869 1..19 Ricardo Fabrino Mendonça

This article aims to discuss the role of social esteem in the theory of recognition. It argues that the importance of esteem for self-realization should not be reduced to the affirmation of group identities. In order to support this argument, the article analyzes the struggles of former leprosy patients in Brazil, using data gathered from: (1) a newsletter published by the Movement for the Reintegration of People Affected by Hansen's Disease; and (2) twelve conversation groups conducted in former Brazilian leprosy colonies. The article analyzes the discursive ways through which these individuals sought esteem, which include the confrontation of stigma, the claim of contributing to the accomplishment of social goals and the demonstration of personal achievements. Supporting Honneth's conception of social esteem, the article has three major conclusions. The first one is that justice should not be restricted to the universal language of rights. The second one is that the distinction between struggles based on social contributions and struggles grounded on personal achievements is hard to be made empirically, and that it is misleading to derive direct consequences from different types of claim. Lastly, the third conclusion concerns the fruitfulness of operationalizing Honneth's abstract realms of recognition in empirical studies.

Introduction

Axel Honneth's work has led to a deep renewal of critical theory. His political philosophy is extremely innovative, as it re-conceives key concepts of the Frankfurt School, without giving up its quest for an inner-worldly instance of transcendence. In order to explain social struggles, processes of identity formation and the moral transformation of societies, Honneth has built a theory of justice grounded on the concept of recognition and steered by the idea of self-realization.

One of Honneth's significant contributions is the central role he attributes to social esteem in his theory of justice. According to him, the struggle for esteem is an important dimension of self-realization and, thus, a key element for the moral development of societies. For the German philosopher, the permanent attempt of presenting oneself as valuable and worthy of esteem helps to promote social bonds, fostering broad solidarity in complex societies.

The role of esteem for social justice is, nevertheless, highly controversial. Some scholars, such as Jürgen Habermas (1994), advocate that an expanded idea of rights would be enough to promote justice. Others fear that some demands for esteem may lead to harmful social competition (McBride, 2009; Seglow, 2009). There are still those who claim that esteem may reify collective identities, generating more oppression (Fraser, 2003; Markell, 2003).

This type of argument is based on the interpretation that struggles for esteem are battles for the positive reception of one's collective identity. Very often, recognition is taken as a synonym for identity politics, which seeks to attribute positive meaning to marginalized groups.

I claim, however, that this interpretation does not do justice to Honneth's notion of esteem. The importance of social esteem for self-realization should not be reduced to the idea of valuing group identities for their specific attributes. In order to support my argument, I analyze the struggles of people affected by leprosy. Obviously, former patients do not seek the appreciation of their disease, given that an illness cannot be seen as a cause for pride. Individuals who have had leprosy do not aim at promoting some sort of admiration for their shared attribute. And yet, esteem is a central dimension of their struggles.

The article is divided into two main parts. In the first, I will support a Honnethian definition of social esteem that does not reduce recognition to identity politics. I will also point out some controversies within Honneth's definition, drawing insights especially from Jonathan Seglow (2009). In the second part of the article, I will analyze how esteem permeates the struggles of people affected by leprosy in Brazil. This analysis is based on focus groups held in former Brazilian Hansen's disease colonies and in a newsletter published by Morhan (Movement for the Reintegration of People Affected by Hansen's Disease). The analysis reveals, first of all, that esteem is at the heart of what these individuals see as justice. It also reveals that there are several ways of struggling for esteem that do not aim at positively valuing an essentialized collective identity.

Fonte: Texto sugerido por Ricardo Fabrino Mendonça retirado de:
Mendonça, R. F. (2011). Recognition and social esteem: a case study of the
struggles of people affected by leprosy. *Political studies*, 59(4), 940-958.

2.3 *Ancoragem teórica específica*

Marco teórico ou revisão da literatura, repito: eu prefiro chamar de ancoragem teórica específica do seu argumento e não de toda a literatura da área. Aqui tratarei da importância de se ter um conceito operacionalizável nos termos de Adckok e Collier (2001), do lugar da teoria em projetos com paradigmas distintos, darei uma série de dicas do que não deve ser a sua ancoragem teórica, erros que são muito comuns nos projetos, farei uma breve discussão do uso da teoria em pesquisas de natureza qualitativa e, por fim, tento oferecer um resumo de como pensar hipóteses a partir dos diferentes paradigmas.

2.3.1 *Background teórico e conceito sistematizado*

Primeiro, é preciso que você tenha e deixe claro os seus conceitos principais. Eu prefiro que isso esteja na introdução, mas, às vezes, se encaixa melhor num segundo momento do trabalho. Na maior parte das vezes, as pessoas discutem o background conceitual, entretanto não retiram dali um conceito sistematizado, passível de operacionalização (ADCKOK; COLLIER, 2001). É isso que você tem de fazer: leia Adckok e Collier (2001). Em geral isso cabe também na introdução do trabalho; assim você já situa o leitor. No entanto, se você não fez isso na introdução, aqui não poderá faltar.

Um fenômeno pode ter vários conceitos. O “bom” conceito é aquele que lhe ajudará a melhor definir a dimensão (ou as dimensões) que é (ou são) central para a sua pergunta. Por exemplo, o conceito de capacidade estatal pode ser entendido de diversas maneiras, uma vez que é, por natureza, multidimensional. Cingolani (2013) cita as dimensões mais centrais: a) coercitiva/militar; b) fiscal; c) administrativa/implementação; d) transformativa; e) relacional/cobertura territorial; f) legal; g) política (CINGOLANI, 2013, p. 27). Mas, a depender do fenômeno a ser estudado, o autor ou autora escolherá uma ou mais dessas dimensões para trabalhar.

Veja um recorte do texto de Sátyro e Cunha (2018):

As capacidades estatais variam no tempo e no espaço (Gomide, 2016) e funções diferentes do Estado demandam a mobilização de capacidades distintas — provisão de bem-estar social demanda habilidades diversas

daquelas requeridas para gerar superávit, por exemplo (Hanson e Sigman, 2011 apud Cingolani, 2013). A multidimensionalidade do conceito e sua relação com as diversas funções estatais ampliam sobremaneira seu alcance, o que é pouco útil para a análise (Weiss, 1999), fazendo com que um conceito amplo como este se constitua num background conceitual, sendo necessário optar por um conceito sistematizado, mais restrito, para que os estudos sejam operacionalizáveis (Adckok e Collier, 2001). Há autores que mostram como sua operacionalização tem sido mais difícil do que o robustecimento no âmbito conceitual (Enriquez e Centeno, 2012). Não se pode falar, portanto, de capacidade do Estado em geral, mas em arenas ou dimensões específicas desta capacidade (Weiss, 1999:4; Cárdenas et al., 2015). Aqui, optou-se por utilizar o conceito de capacidade estatal em duas dimensões: uma relacionada com a variável dependente e outra com os processos, os mecanismos (que são o nosso foco) para se chegar à primeira. Vejamos.

(...)

Defendemos que o estudo sobre capacidade estatal municipal, ou mesmo um conceito mais restrito como o de capacidade burocrática municipal, deve levar em conta a análise da capacidade transformativa do governo federal, entendida como seu potencial de mobilizar consentimento e de institucionalizar a cooperação, mas também a relação entre os entes federados. O termo “capacidade transformativa” foi inicialmente cunhado por Evans (1995) para explicar o papel dos Estados recém-industrializados em moldar mudanças estruturais, ocorridas na economia e na industrialização, e que favoreceram o desenvolvimento industrial. Esse conceito foi sendo aperfeiçoado posteriormente, pelo próprio autor, mas também por outros, como Weiss (1999). Concordamos com Evans (1995) e Weiss (1999), que defendem que o nível de intervenção do Estado por si só não é informativo de seu poder, mas sua capacidade transformativa o é (Cingolani, Thomsson e Crombrugge, 2013). (Sátyro e Cunha, 2018:365).

Então, se pergunte: qual é o background do seu fenômeno? Qual o conceito sistematizado você trouxe para o seu projeto? Lembre-se: ele precisa ser operacionalizável, ou seja, você precisa pensar também nas variáveis ou nas evidências observáveis que precisará para falar dele, portanto não adianta um

conceito muito abstrato que dificulte você pensar como trazer dados (quantitativos ou qualitativos) para corroborá-lo.

Concluindo, na introdução ou aqui, o leitor tem de saber sobre os principais conceitos que montam o seu problema de pesquisa. Não deixe que a banca tenha que perguntar o que você entende por algo que é central no seu trabalho.

2.3.2 Teoria, o seu lugar

É importante entender a centralidade da teoria em 100% dos trabalhos. Primeiro, o lugar dela vai ser diferente, a depender do seu fenômeno de interesse, mas ela tem de estar presente. Com base nela, você elaborará a sua hipótese ou os caminhos para entender os processos que pretende destrinchar, ou localizar o olhar naquilo que importa dentro do grupo que você estudará (caso você seja de uma abordagem mais interpretativista), ou entender melhor como indivíduos similares aos sujeitos que você pesquisa funcionam, respondem, refletem, carregam a sua subjetividade. É a teoria que lhe guia e clareia o caminho, mesmo que nele você encontre coisas que ela não havia postulado. Dessa forma, mesmo que você esteja pretendendo ir pelos caminhos fenomenológicos, etnográficos ou teoria baseada em dados, por exemplo, tem de dominar a literatura que lhe guiará por seu caminho. A ausência de teoria mostra apenas que você está perdido ou perdida, e provavelmente assim permanecerá.

QUADRO 6 Sugestões de Leitura

Leia:
PETERS, Guy. Capítulo: The role of theory. <i>In</i> : PETERS, B. Guy. <i>Comparative politics: theory and methods</i> . New York: NYU Press, 1998.
VAN EVERA, Stephen. Capítulo 1: Hypotheses, laws and theories: a user's guide. <i>In</i> : VAN EVERA, Stephen. <i>Guide to methods for students of political science</i> . Ithaca: Cornell University Press, 1997.
CRESWELL, John. Capítulo: The use of a theory. <i>In</i> : CRESWELL, John. <i>Research design: qualitative, quantitative, mixed methods approaches</i> . Lincoln: University of Nebraska-Lincoln, 2016. [Tem em português].
TOSHKOV, Dimiter. Capítulo 4: concepts and operationalization. <i>In</i> : TOSHKOV, Dimiter. <i>Research design in political science</i> . London: 2016. p. 83–106.

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo: não é para contar a história do desenvolvimento daquela área, mas para trazer somente aquilo dentro do debate que dê suporte especificamente para os aspectos que você pretende desenvolver. Ou seja, é aquilo que sustenta, do ponto de vista teórico, os seus principais argumentos, suas hipóteses, as escolhas das categorias analíticas dos seus processos, de sua descritiva, de seus mecanismos causais, do desenvolvimento de sua teoria das ideias ou coisa que o valha. Desenhe. Sempre ajuda. Faça um diagrama. Ande, vá lá! Pegue o velho papel e caneta e esboce, antes de ir pra tela. Agora! Comece!

Sustente como os fatores de interesse se relacionam e em que direção, **dê a direção**, mesmo quando seu trabalho for descritivo. Se não for hipótese, e sim processos, ou mecanismos causais, como se espera que os componentes analíticos se relacionem idealmente? Se se está desenvolvendo uma teoria fundamentada em dados, e não partindo de uma, quais os conhecimentos prévios que guiam a escolha analítica? Nenhum conhecimento se produz no vácuo. Se se pretende estudar a história das ideias de algum campo, então como outros fizeram isso e com base em quê? Quais as categorias teórico-analíticas que guiam?

Terceiro, não é para empilhar autores, mas concatenar ideias trazidas por vários autores. No empilhamento, você coloca um conjunto de coisas de cada autor e quase sempre tem que contar sobre o referido autor mais do que interessa ao seu ponto. No concatenamento você vai pegando cada parte de cada autor e montando um mosaico de dimensões oriundas de diversos autores ou aspectos ou categorias analíticas que importam para o seu fenômeno de interesse. Assim, o texto fica mais eficiente e mais claro do ponto de vista de onde você quer chegar.

Quarto, raramente a sustentação de um argumento será boa se construída sobre um autor ou autora, por mais clássico que seja. É necessário mostrar o domínio mais amplo daquele ponto de seu debate; não de aspectos genéricos ou afins, mas das dimensões ou aspectos ou categorias analíticas que importam para o seu fenômeno de interesse. De alguma forma, é necessário que suas referências mostrem o debate recente do seu argumento na literatura, mesmo que ele seja clássico (e que você também tenha de citar os clássicos).

Quinto, se se tem mais de uma seção, como elas se inter-relacionam e em que cada uma delas lhe ajuda na construção do seu argumento? Reforço: por que e como cada uma lhe ajudará a responder a sua pergunta, o seu problema,

o seu objetivo? É necessário que isso seja dito no primeiro parágrafo de cada seção ou algo que o valha.

Qual é o padrão ouro? Que ao final desse item você seja capaz de retirar hipóteses dali, ou seja, seja capaz de mostrar como se espera que os seus fatores se relacionem e em que direção. Melhor dizendo, capaz de dizer claramente quais as categorias analíticas te guiarão na análise, caso ela seja de cunho indutivo, de fato.

2.3.3 *Repetindo: o que vale menos ou não vale?*

1) Não vale empilhar.

O que seria empilhamento de autores? Um texto estruturado pelos autores e não pelas ideias, tipo:

- Segundo Fulano, e lá vai um parágrafo sobre o Fulano.
- Segundo Beltrana, e lá vai um parágrafo sobre o trabalho de Beltrana.
- De acordo com Cicrana, e lá vai outro parágrafo.
É melhor “empilhar ideias”, concatenando-as. Assim:
- Fulano, ao discutir fenômeno “b”, relaciona-o a isso ou a aquilo. Beltrana agrega perspectiva diferente ao conceito quando acrescenta tais categorias analíticas com base em Cicrana. E por aí vai.

2) Não vale uma revisão exaustiva do campo (estou dizendo no escopo do projeto), mas apenas o desenvolvimento dos argumentos relativos aos seus processos, categorias analíticas ou hipóteses. Ou seja, não vale:

- No princípio era o verbo. . .
- Em 1860 nasce uma discussão. . .
- O início dos estudos sobre políticas se deu nos primórdios. . .

É melhor já dar por entendido todo o estudo longitudinal ou histórico de seu fenômeno de interesse e ir direto ao ponto que faz sentido para

o seu estudo, baseada em uma literatura mais recente e nos clássicos, claro, mas não restrito a eles, se se trata de algo contemporâneo.

3) Tentativas vagas de mostrar um conhecimento sem mostrá-lo, de fato. Exemplos de expressões que retratam isso: “muitos autores”, “alguns autores”, “a literatura tem muitos exemplos”. A pergunta é:

- Muitos quais? Alguns? Cite-os.
- A literatura? Qual, é necessário dizer, né!!?? Apresente-me, por gentileza.

Isso implica que, para cada um desses, é necessário que venham as referências: muitos autores (CICRANO, 2021; FULANA, 2022), a literatura tem muitos exemplos (FULANO, 1912; BELTRANA, 2007; 2012; CICRANA, 2019; 2022).

2.3.4 *O uso da literatura em quali.*

Estudos que têm uma abordagem mais positivista, normalmente têm menos dificuldades no posicionamento da literatura ou mesmo da teoria em um projeto de pesquisa, pois a literatura é mais assertiva em relação a isso. No entanto, em uma abordagem qualitativa, há menos treino disponível. Minha percepção, que pode estar errada, claro, é que, na maioria das vezes, isso é tratado como se as pessoas tivessem de aprender por geração espontânea. E sabemos que não é assim. Há vários manuais, livros interessantes e autores disponíveis. Eu indico fortemente o Creswell (1994), em suas várias versões e possibilidades, tanto quanto Mahoney e Rueschemeyer (2009), ou o excepcional livro de Barbara Geddes (2010), que faz reflexões tais como: como as questões que você escolhe afetam as respostas que você terá? Como os casos que você escolhe afetam as respostas que você terá? Como as evidências que você usa afetam as respostas que você terá? Parafraseando-a, a reflexão aqui deveria ser: como o conhecimento da literatura, suas lacunas e das categorias analíticas que você tem afetam as respostas que você terá?

As opções para a localização e uso da literatura e da teoria são várias para abordagem qualitativa. No entanto há que se entender que, dentro desse campo, há distinções muito grandes entre as perspectivas teórico-metodológicas. Eu separaria, grosso modo, os interpretativistas e os não interpretativistas —

que talvez sejam melhor categorizados como qualitativos-positivistas (ainda teriam os realistas, mas isso fica para outro paper). Há diferenças substantivas entre eles na forma como vão usar a literatura ou a teoria. Dentro da Ciência Política, são poucos os estudos que são completamente indutivos ou interpretativistas “puro-sangue”. Ou seja, se você estiver querendo fazer um estudo fenomenológico, ou um estudo baseado em história oral, ou mesmo um estudo utilizando etnografia-política, por exemplo, a sua embocadura a respeito de teoria e do uso da literatura será diferente dos estudos de caso ou dos estudos comparativos de n pequeno, não é possível tratá-los igualmente. Em geral, a abordagem será bem distinta dentro de cada um.

Em todos os estudos, é necessário apresentar um arcabouço conceitual do problema em questão. E o lugar teórico não pode ser confundido com a contextualização do fenômeno. São coisas distintas e cada uma tem o seu lugar. O uso da literatura deve ir além do arcabouço conceitual, deve servir para fornecer categorias analíticas que serão base para entrar em campo, para comparar ou contrastar os achados com o que já há na literatura.

Por um lado, as abordagens qualitativas-positivistas (que aqui chamo livremente de não interpretativistas) que querem estudar objetos ainda não estudados, mas que possuem aportes estruturados na literatura deverão se guiar do que a literatura afim já desenvolveu. Sátyro e Cunha (2019) analisam a percepção de técnicos e gestores municipais da assistência social quanto aos fatores problemáticos na implementação da política utilizando-se princípios e diretrizes de *ground theory*. Mesmo assim, as autoras utilizaram de conhecimento sobre implementação e seus entraves para realizar as entrevistas em profundidade. Afinal, até mesmo para entender do que os técnicos e gestores municipais estavam falando, as pesquisadoras necessitavam de conhecimento sobre o campo. Portanto, mesmo que elas não tivessem nenhuma hipótese guiando, e não tinham, havia o conhecimento das categorias analíticas que envolvem os problemas de implementação, que funcionava como classe de eventos.

Por outro lado, estudos completamente indutivos começam a ficar menos raros na Ciência Política, apesar de sua extrema relevância, na medida em que é através deles que conhecemos a percepção de alguns atores políticos e sociais sobre o funcionamento de nossos fenômenos, sobre como se dá o gatilho causal nos mecanismos relacionados a um fenômeno. É depois de vários deles que vamos conseguir entender as grandes tendências, portanto, eles são a base para

a construção de teorias. Esses são os que estou chamando interpretativistas. Aqui não cabe hipóteses prévias; o campo falará muito fortemente. Eles terão de trazer a literatura adjacente, mostrar suas limitações a respeito do seu objeto e deixar claro o aporte teórico que farão dentro do debate.

Imaginem uma situação em que você tem de entrevistar um profissional de um campo completamente distinto do seu, por exemplo, física quântica. Você (não sendo desse campo) teria perguntas interessantes para fazer? Saberá conduzir a entrevista? Claro que não! Assim também é com os nossos fenômenos. Quanto mais preparado você “for a campo”, melhor serão os resultados. Para algo novo que você esteja trazendo, a estratégia é elevá-lo (o fenômeno) à sua classe de eventos e retirar dali (da literatura sobre a classe de eventos) categorias analíticas que lhe ajudarão a começar a pesquisa. E, claro, sendo um trabalho interpretativo-qualitativo, você deverá estar aberto a descobrir o que não está posto pela literatura (para se ter uma ideia, o artigo de Sátyro e Cunha (2019), acima citado, possui um item que se chama “Daquilo que não foi perguntado, e foi achado”). Além disso, ou e para isso, você também terá de mostrar resultados ou estudos relacionados ao seu fenômeno. Ou seja, trazer as principais conclusões relacionadas à classe de eventos do seu fenômeno e ao seu tema, mas aí já não estamos mais no projeto, e sim na execução da pesquisa.

Na prática é como se você estivesse respondendo para escrever o projeto:

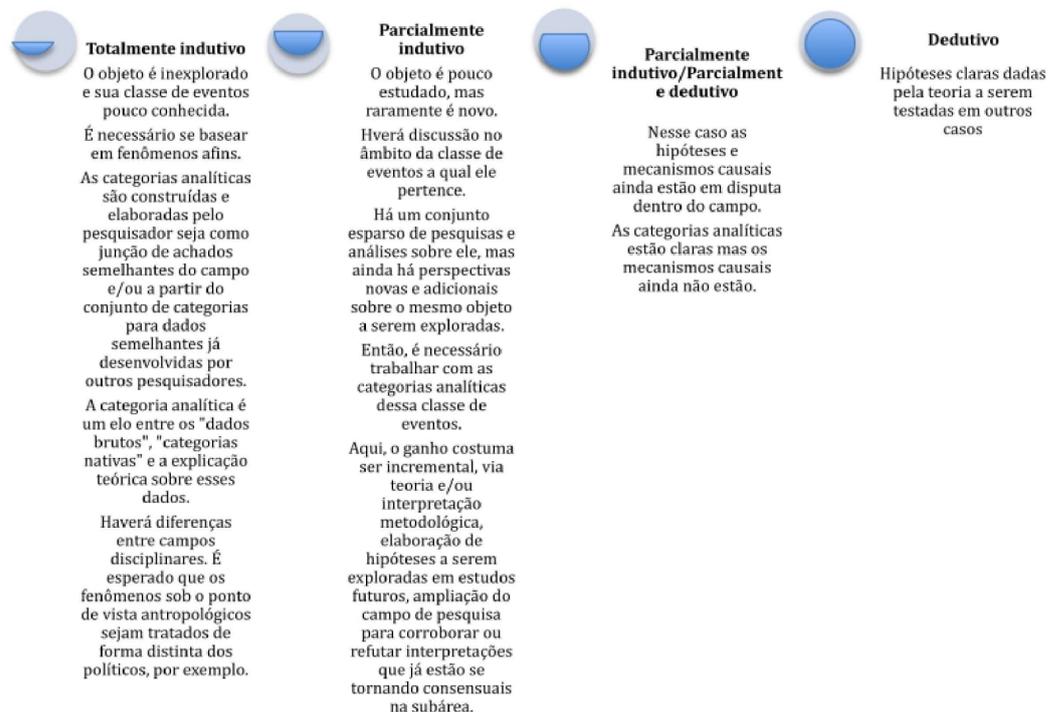
- Como os estudos relacionados ao tema específico me ajudarão a olhar para o meu objeto?
- Para o processo que estou interessada?
- Para onde devo olhar ou por onde devo começar?

Primeiro, claro, trazendo os conceitos centrais. Mas é necessário mapear as categorias analíticas a partir das quais você olhará o seu fenômeno. Se você investigará algum espaço de participação democrático que nunca foi estudado, parta do que ocorre em outros espaços de participação e vá lá e descubra se é igual ou diferente, mas, assim, você terá um parâmetro. Se você está analisando um tipo de movimento social novo para o qual ainda nem temos conceitos fechados, você terá de ter o esteio sobre o conhecimento no campo de movimentos sociais. Lembre-se, primeiro, que dentro da ciência, todos os conceitos

estão em disputa permanente. Mas, ao ir investigá-lo, quais parâmetros você terá para a sua busca, seja teórica, seja empírica? É disso que estamos falando.

2.3.5 Como a gente desenha tudo que foi discutido aqui resumidamente?

FIGURA 2 Diferentes paradigmas e sua relação com teoria e hipóteses



Fonte: Elaborado pela autora com a ajuda de Cristiano dos Santos Rodrigues

Por fim, uma dica, antes de você passar para as estratégias metodológicas. Na parte ancoragem teórica, terá de ter tudo que você trabalhará no seu desenho de pesquisa. Não vale chegar lá e falar de categorias analíticas, de fatores, ou de hipóteses, ou de variáveis de controle, sem ter dito absolutamente nada na parte teórica. Eu chamo esse fenômeno, muito comum, de J. Pinto Fernandes. Como? Sim. J. Pinto Fernandes, aquele do poema Quadrilha, de Carlos Drummond de Andrade (2022):

Quadrilha

João amava Teresa que amava Raimundo
que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili
que não amava ninguém.
João foi pra os Estados Unidos, Teresa para o convento,
Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia,
Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Fernandes
que não tinha entrado na história.

No projeto não pode entrar desavisadamente o J. Pinto Fernandes. Ele será esperado nas pesquisas interpretativas ou mesmo de outras abordagens qualitativas como resultado de pesquisa, mas não no projeto. Lembre-se do exemplo acima do texto de Sátyro e Cunha (2019). Lá tem um J. Pinto Fernandes, mas no projeto não havia. Ele só é esperado de fato nas pesquisas de cunho totalmente indutivo, mas a ideia é que ele seja evitável para as demais pesquisas, em função do conhecimento da classe de eventos a partir do qual a pesquisadora irá a campo.

2.4 *Desenho de pesquisa*

Não é para explicar o que é estudo de caso, *cross-case*, análise de conteúdo, regressão, *propensity match score*, *holistic approach* ou qualquer outra técnica ou método. Não é para falar que vai fazer revisão bibliográfica, porque isso é premissa; é para mostrar o seu desenho, ou seja, qual o percurso analítico-empírico (incluindo as técnicas, mas não restrito a elas) de captação de evidências (seja quali, seja quanti, seja comparativo) para construção de inferências válidas e quais as estratégias metodológicas para atingir o seu objetivo.

Em geral ele terá de ter uma parte que trate da operacionalização de sua variável dependente, se estivermos lidando com algo quantitativo, e outra para as suas independentes. Mas, caso, você esteja lidando com um mundo mais exploratório, aponte quais as categorias analíticas que compõem o seu fenômeno e quais os indicadores, as evidências que você buscará para cada uma dessas categorias analíticas. Mostre também como é esperado que elas se comportem, se conjuguem, se inter-relacionem etc.

Ou seja, você precisará pensar em um exercício que mostre a sua dependente, ou seja, o seu fenômeno de interesse: como você o operacionalizará? E

outro exercício para os fatores que você está considerando que determinam o seu fenômeno.

Se a sua ancoragem teórica está redonda, então, você deverá ser capaz de fazer desenhar um diagrama com setas ou fazer um quadro onde você colocará em uma coluna os fatores (conceitos), em outra as variáveis (ou seja, os indicadores que utilizará para operacionalizar cada fator), em outra coluna a direção da causalidade e também a fonte dos dados, por exemplo.

Tem que ter um espaço para falar dos dados: seu banco de dados foi construído ou coletado. Diga as fontes utilizadas. Se fará entrevista, diga quantas e por que as escolhas. Descreva os entrevistados.

A indicação do software, se for caso, do pacote ou coisa que o valha, ajuda a leitora a entender melhor o rumo que você está imprimindo ao trabalho. Desenhe. Faça um quadro mostrando como operacionalizará cada fenômeno de interesse ou como ele será operacionalizado. Isso lhe obrigará a pensar em cada parte do seu problema.

Para desenvolver melhor o desenho de pesquisa, você tem de conseguir dividir o seu objetivo principal em partes que lhe ajudarão a operacionalizar o argumento principal, como se fossem dimensões da análise. Fazendo isso, para cada uma dessas partes, dimensões, você dirá qual ou quais instrumentos, técnicas você precisará e, por fim, as fontes das evidências.

Quais os indicadores para cada fenômeno? Quais variáveis, se for quanti, ou documentos (ou fontes), se for quali?

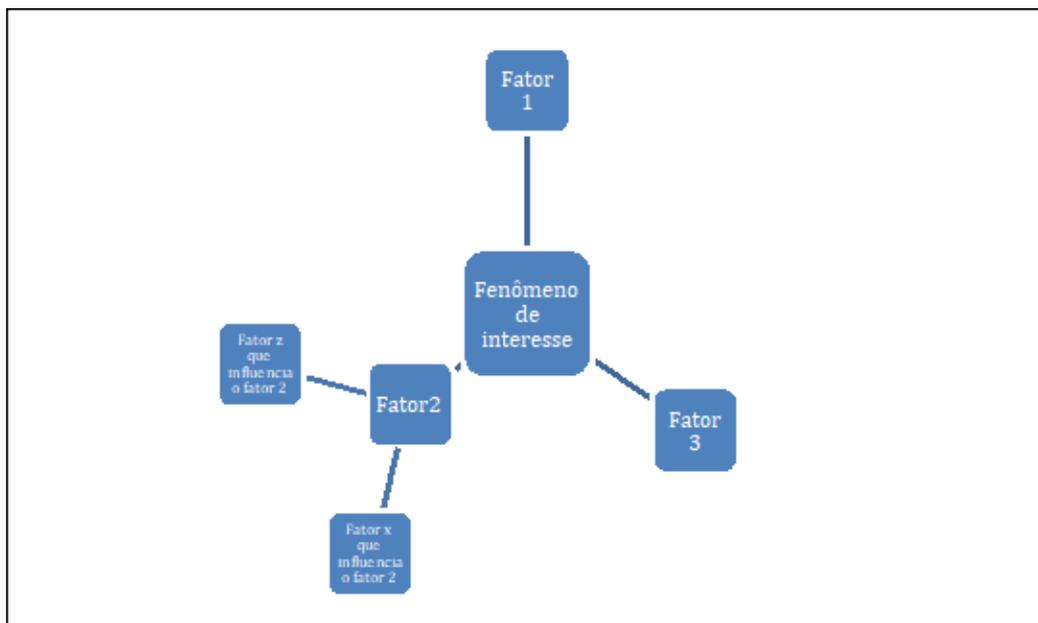
Qual o seu universo ou a sua amostra? A escolha dos casos garante a variação do que você acha que é central para explicar tal variação? Mostre isso. Lembre-se: os casos deverão ser escolhidos pela variável explicativa, não pela dependente. Se se trata de um estudo com n pequeno, você estará tratando de um caso típico ou de um caso desviante ou extremo? Procure ler sobre os vários tipos e o que eles proporcionam.

Lembre-se: você terá de ter evidência observável para todas as inferências que você tem a pretensão de fazer, portanto é importante mostrar que você já sabe mais ou menos onde buscará por elas, para cada elo, para cada parte de seu problema. Não deixe argolas soltas em seu trabalho, se empenhe em construir elos entre as partes, sabendo que elo é aquilo que liga. Fica a dica! [Para entender a diferença entre elo e argola, cabe um pleonasmo explicado:

elo é de ligação (e dizer isso é pleonasma, por isso se diz apenas elo), então ele liga uma coisa a outra; argola, por sua vez, não liga nada, coitadinha. Tem potencial, mas não chega a isso].

Veja a figura abaixo, que é apenas uma brincadeira de como você pode começar. Primeiro, você terá de ter um conceito claro para cada coisa que está no desenho. Segundo, cada linha deverá ser uma seta com direção determinada e deverá ter teoria que sustente cada seta desta.

FIGURA 3 Como pensar um diagrama bem singelo

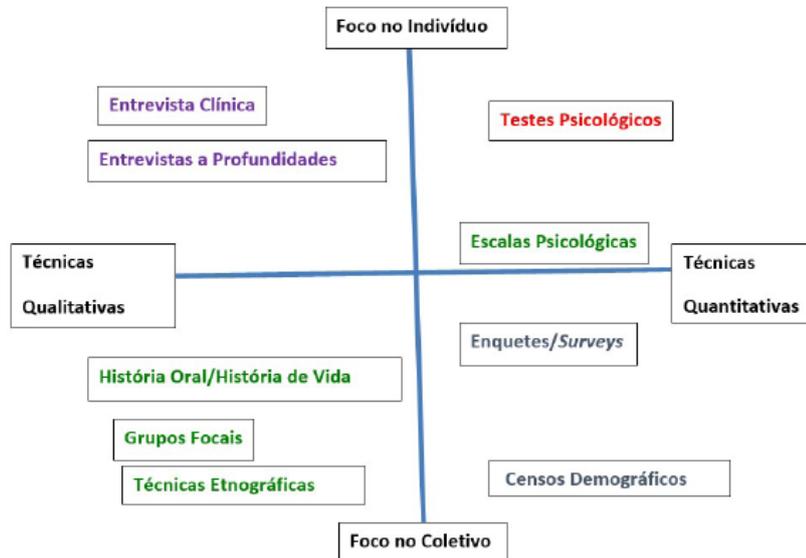


Fonte: Elaboração da autora

Mas, claro, tudo depende de qual abordagem você está dando ao seu trabalho e qual é o paradigma no qual se baseia. No que se refere à coleta de dados e às abordagens, veja aqui abaixo dois diagramas do texto de Sandoval (2018). Vá lá e leia o texto dele; você achará pistas interessantes para a sua pesquisa.

FIGURA 4 Métodos de coleta de dados sociais segundo foco prioritário do pesquisador

DIAGRAMA 1 – MÉTODOS DE COLETA DE DADOS SOCIAIS SEGUNDO FOCO PRIORITÁRIO DO PESQUISADOR



Fonte: Sandoval (2018, p. 78).

FIGURA 5 Abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa conforme nível de aprofundamento do fenômeno e representatividade na população

DIAGRAMA 2: ABORDAGENS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DE PESQUISA CONFORME O NÍVEL DE APROFUNDAMENTO DO FENÔMENO E REPRESENTATIVIDADE NA POPULAÇÃO



Fonte: Sandoval (2018, p. 80).

2.5 Referências bibliográficas

Repetindo: eu particularmente gosto mais do termo "referências bibliográficas" do que só "bibliografia", pois as referências ajudam a entender que só deve estar contido ali naquele item os textos que tiveram citação direta dentro do trabalho. Simples assim. Se você ainda não usa nem domina programas como *Mendley* ou *Zotero*, está na hora. Busque lá no *youtube* informação, compare, escolha um, e siga em frente! Mas hoje há outros softwares que ajudam inclusive na revisão bibliográfica como o *Vosviewer*, o *Obsidian* e muitos outros, aliás, até mesmo o *R* já faz isso.

3 RESUMO

Um projeto de pesquisa não precisa ter resumo, mas ele ajuda a simplificar a ideia. E ele terá de ser feito para o seu trabalho, seja tese, dissertação ou um artigo. E como eu não escreverei outro ensaio só pra isso . . . Assim, seguem aqui umas dicas.

Resumo é uma pequena declaração de seus objetivos, então seja direto, afinal é por ele que você ganhará o leitor. O resumo deve informar ao leitor sobre o que é o trabalho, suas estratégias teóricas e analíticas e os resultados alcançados. Portanto, ele não pode ser um recorte da introdução, ele tem de falar tudo em um espaço em torno de 200 a 300 palavras e, por favor, nada na introdução será tão objetivo. Nessa mesma linha de raciocínio, siga outro conselho: não faça resumo de uma página inteira; isso é uma declaração de ausência de objetividade.

O resumo precisa ter algumas coisas certas: sua questão de pesquisa, a sua meta (essas duas coisas podem ser consideradas as mesmas, mas nem sempre o são), qual suporte teórico você utiliza, como você operacionalizará a sua ideia, ou seja, como o estudo será feito. Você precisa usar palavras como proposta, intenção, objetivo, meta. Às vezes você pode colocar um pouco do background ou o tema (uma frase curta), mas a meta tem de estar sempre clara, e ela é sempre mais recortada que o background ou tema. Quando não for somente um projeto (mas um artigo), o resumo terá de ter resultados e conclusões também. Há trabalhos na literatura que ajudarão a você pensar nisso. Hartley e Cabanac (2017) mostram 13 formas de se escrever um resumo, veja lá.

Eu gostaria de lhes apresentar o trabalho de Creswell (2017) que sugere diferentes conjuntos de verbos e formatos, a depender do paradigma utilizado, mostrando as nuances e as distinções entre os resumos de trabalhos quantitativos e qualitativos, mas, dentro de cada um, diferenças importantes também. Ele ajudará a pensar em como estruturar um. Para estudos qualitativos ele sugere o seguinte:

O propósito deste estudo é (foi, será) _____(entender? descrever? desenvolver? descobrir?) o _____(conceito/fenômeno central a ser estudado) no caso de _____(unidade de análise: uma pessoa? processo? grupo? lugar?) usando _____ (método de pesquisa: desenho etnográfico? desenho baseado em ground theory?; estudo de caso? descrição fenomenológica?), resultando em um (panorama cultural? teoria baseada em dados? estudo de caso? descrição de temas ou padrões fenomenológicos?). Nesse estágio da pesquisa, o _____ (conceito/fenômeno central a ser estudado) está sendo definido de forma geral por _____ (ofereça uma definição deste conceito/fenômeno central) (CRESWELL, 1994, p. 59, tradução nossa).

Ficou curioso ou curiosa? Então vá no texto e veja o que mais tem lá (CRESWELL, 1994, p. 57–70). Mas nada como ver e analisar bons exemplos, então trago aqui alguns:

QUADRO 7A Exemplos de bons resumos

Nunes, João, and Gabriela Lotta. “Discretion, power and the reproduction of inequality in health policy implementation: Practices, discursive styles and classifications of Brazil’s community health workers.” *Social Science & Medicine* 242 (2019): 112551.

“This article explores the mobilization of power by health workers during policy implementation, showing how in a context of discretion and resource scarcity they can reproduce inequalities in access to health services. The argument innovates theoretically by supplementing the ‘street-level bureaucracy’ literature, which emphasizes frontline worker discretion, with a conceptualization of power as domination encompassing the shaping of behavior, the constitution of subjects and the reproduction of inequality. Empirically, the article focuses on Brazilian community health workers (agentes comunitários de saúde, CHWs). CHWs are a neglected but highly important segment of the health workforce that traditionally functions as a link between the health system and disadvantaged groups. The article examines how Brazilian CHWs act as street-level bureaucrats mobilizing power in their interactions with users. They operate within a severely under-resourced public health system, the Sistema Único de Saúde, which places constraints upon their action and forces them to make allocation decisions with little training and support. The article highlights the ways in which inequalities in access to health services are reproduced (inadvertently or not) through the practices, discursive styles and classifications of CHWs. Methodologically, the paper is based on ethnography with 24 CHWs and interviews with 77 other CHWs in Brazil.” Este tem 201 palavras.

Levendusky, Matthew S. “The microfoundations of mass polarization.” *Political Analysis* 17.2 (2009): 162–176.

“Although there has been considerable attention to the question of how much polarization there is in the mass electorate, there has been much less attention paid to the mechanism that causes polarization. I provide evidence demonstrating the occurrence of individual-level conversion—individual Democrats and Republicans becoming more liberal and conservative. Although over the short term most of the observed changes are quite small and cannot be distinguished from measurement error, over time and many respondents, these movements aggregate to generate polarization. Small individual-level preference shifts provide an important foundation for aggregate polarization.” Este tem 92 palavras, viu que é possível?!

Evans, Peter, and James E. Rauch. “Bureaucracy and growth: A cross-national analysis of the effects of “Weberian” state structures on economic growth.” *American sociological review* (1999): 748–765.

“The role of bureaucratic authority structures in facilitating economic growth has been a sociological concern since Max Weber’s classic contributions al-most 100 years ago. Using a recent and original data set, we examine the characteristics of core state economic agencies and the growth records of a sample of 35 developing countries for the 1970–1990 period. Our “Weberianness Scale” offers a simple measure of the degree to which these agencies employ meritocratic recruitment and offer predictable, rewarding long-term careers. We find that these “Weberian” characteristics significantly enhance prospects for economic growth, even when we control for initial levels of GDP per capita and human capital. Our results imply that “Weberianness” should be included as a factor in general models of economic growth. They also suggest the need for more attention by policymakers to building better bureaucracies and more research by social scientists on variations in how state bureaucracies are organized.” Este tem 150 palavras, tamanho mais comum.

QUADRO 7B Exemplos de bons resumos

Biroli, Flávia. “Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista.” *Revista de sociologia e política* 21 (2013): 127–142.

“O artigo apresenta e analisa críticas feministas à acomodação entre a valorização liberal da livre-escolha dos indivíduos e as desigualdades materiais e simbólicas que restringem a autonomia individual. O foco da análise apresentada é, primeiramente, a crítica à noção de consentimento voluntário que é base fundamental para o liberalismo. Para expor a insuficiência da dualidade liberal entre coerção e livre-escolha para a análise das fronteiras entre consentimento voluntário e recusa, o artigo discute as relações entre consentimento e estupro. Torna-se possível, assim, analisar as conexões entre o consentimento na vida cotidiana e o consentimento no estado liberal-democrático, tomando como ponto de partida as relações de gênero e as formas de vulnerabilidade associadas à posição social das mulheres. O resultado é o deslocamento do foco da análise, do caráter voluntário da expressão de uma preferência ou da realização de uma escolha, para uma abordagem orientada pela autodeterminação como valor prioritário para a democracia. São destacados dois conjuntos de problemas: aqueles que emergem das situações nas quais a diferença entre consentimento e não-consentimento é anulada e, com ela, a condição de agentes morais daquelas que consentem ou deixam de consentir e aqueles que são expostos pela análise das situações em que há consentimento, mas este conduz à subordinação ou reforça a vulnerabilidade do próprio indivíduo.” Este tem 213, maior do que o normal, mas o editor permitiu . . .

Immergut, Ellen M. “As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 30.11 (1996): 139–163.

“Explicar a mudança é um problema essencial para a análise institucional. Se as instituições devem ter uma espécie de capacidade de permanência, como as mesmas instituições podem explicar tanto a estabilidade quanto a mudança? Se as instituições limitam o escopo da ação que parece possível aos diferentes atores, por que estes podem às vezes escapar dessas restrições? Este ensaio usa o exemplo do processo de criação do seguro nacional de saúde (*national health insurance*) para mostrar como as instituições podem explicar tanto a estabilidade quanto a mudança de políticas. Para alcançar esse resultado, a análise rompe com o esquema de explicação por correlações. Ou seja, em vez de analisar a formulação de políticas em termos de correlações entre inputs (as demandas formuladas pelos grupos sociais, ou as heranças de políticas anteriores) e outputs (os dispositivos específicos da legislação), a força explicativa da análise institucional está em mostrar por que inputs e outputs podem se articular de modo distinto em diferentes sistemas políticos.” Este tem 162 palavras.

Fonte: Elaborado pela autora.

Parece fácil quando está prontinho, não é? Mas, para isso, você terá de refinar muito as suas ideias iniciais. É isso. Esse ensaio foi pensado para lhe dar muitas pistas, mas é necessária muita dedicação. Outros autores também fizeram esse esforço, vale a pena ler pois ajudarão, com certeza. Boa sorte!

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Alguma Poesia. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Centenário Drummond. Editora Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 2022.
- ADCOCK, Robert; COLLIER, David. Measurement validity: a shared standard for qualitative and quantitative research. *American Political Science Association*, v. 95, n. 3, p. 529–546, 2001.
- BIROLI, Flávia. Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. *Revista de sociologia e política*, v. 21, p. 127–142, 2013.
- CINGOLANI, Luciana. *The state of state capacity: a review of concepts, evidence and measures*. Maastricht: UNUMerit Working paper series, 2013.
- CRESWELL, John W. *Research design: qualitative and quantitative approach*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.
- CRESWELL, John. The use of a theory. *In*: CRESWELL, John. *Research design: qualitative, quantitative, mixed methods approaches*. Lincoln: University of Nebraska-Lincoln, 2016.
- CRESWELL, John W. *Research design: qualitative and quantitative approach*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2017.
- DAHL, Robert A. *Who governs?: Democracy and power in an American city*. London: Yale University Press, 2005.
- EVANS, Peter; James E. Rauch. Bureaucracy and growth: A cross-national analysis of the effects of “Weberian” state structures on economic growth. *American Sociological Review*, v. 64, p. 748–765, 1999.
- GEDDES, B. (2010). *Paradigms and sand castles: Theory building and research design in comparative politics*. University of Michigan Press.
- GOPALDAS, Ahir. A front-to-back guide to writing a qualitative research article. *Qualitative Market Research*, v. 19, n. 1, p. 115–121, 2016.

- GUSTAFSSON, Karl; HAGSTRÖM, Linus. What is the point? teaching graduate students how to construct political science research puzzles. *European political science*, v. 17, n. 4, p. 634–648, 2018.
- HARTLEY, James; CABANAC, Guillaume. Thirteen ways to write an abstract. *Publications*, v. 5, n. 2, p. 11, 2017.
- HEMPEL, Carl G. *Filosofia da Ciência Natural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- IMMERGUT, Ellen M. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 11, p. 139–163, 1996.
- KARRUZ, Ana Paula. Ações afirmativas na UFMG: Lei de Cotas, bolsas de graduação e reserva de vagas na pós-graduação — Aprovado em 2021, início da vigência em 2022.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- KIRK, Jerome; MILLER, Marc Louis. *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hills; London; New Delhi: Sage, 1986.
- LEVENDUSKY, Matthew S. The microfoundations of mass polarization. *Political Analysis*, v. 17, n. 2, p. 162–176, 2009.
- LOTTA, Gabriela - Desigualdades no Nível da Rua: uma análise da implementação de políticas públicas. Projeto submetido à Fapesp 2021, início de vigência em 2022.
- MAHONEY, J., & RUESCHEMEYER, D. (Eds.). (2009). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge University Press.
- MARENCO, André. Municípios implementam as mesmas políticas? Capacidade estatal, políticas e indicadores municipais desenvolvimento sustentável (ODS11). Projeto submetido ao PQ-CNPq — 2021, início de vigência em 2022.

- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Recognition and social esteem: a case study of the struggles of people affected by leprosy. *Political Studies*, v. 59, n. 4, p. 940–958, 2011.
- NICOLAU, Jairo. Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa. *Revista Estudos Políticos*, v. 4, n. 7, p. 345–353, 2013.
- NUNES, João; LOTTA, Gabriela. Discretion, power and the reproduction of inequality in health policy implementation: Practices, discursive styles and classifications of Brazil's community health workers. *Social Science & Medicine*, v. 242, 2019.
- O'BRIEN, Bridget *et al.* Standards for Reporting Qualitative Research: a synthesis of recommendations. *Academic Medicine*, v. 89, n. 9, p. 1245–1251, 2014.
- PATIAS, Naiana D.; HOHENDORFF, Jean V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Psicologia em Estudo*, 24, e43536, 2019.
- PETERS, Guy. The role of theory. In: PETERS, B. Guy. *Comparative politics: theory and methods*. New York: NYU Press, 1998.
- PRZEWORSKI, Adam; SALOMON, Frank. *Some candid suggestions on the art of writing proposals*. New York: SSRC, 1988.
- SANDOVAL, Salvador A. M. Formação em métodos de pesquisa na pós-graduação: abordagens multimétodos para as demandas da atualidade. *Educar em Revista*, v. 34, n. 71, p. 69–82, 2018.
- SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. A capacidade transformativa do governo federal brasileiro na construção de uma burocracia da assistência social nos municípios. *Revista de Administração Pública*, v. 52, p. 363–385, 2018.
- SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; Eleonora Schettini M. Cunha. Jogando luzes sobre os determinantes burocráticos e de gestão da política de assistência social nos municípios brasileiros. *Opinião Pública*, v. 25, p. 401–432, 2019.

TOSHKOV, Dimiter. Concepts and operationalization. *In: TOSHKOV, Dimiter. Research design in political science.* London: 2016. p. 83–106.

VAN EVERA, Stephen. Hypotheses, laws and theories: a user's guide. *In: VAN EVERA, Stephen. Guide to methods for students of political science.* Ithaca: Cornell University Press, 1997.